



O USO DO ANTIGO NO NOVO TESTAMENTO: INTERTEXTUALIDADE EM HEBREUS 8.8-12

The Use of the Old in the New Testament: Intertextuality in Hebrews 8.8-12

Diego Pereira de Andrade *

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6247018807894167>

RESUMO: À medida que se procura entender como os autores do Novo Testamento usaram o Antigo Testamento, o debate sobre a intertextualidade bíblica tem se intensificado nas últimas décadas. Ao procurar aplicar a abordagem "Um Significado, Múltiplos Contextos e Referentes" desenvolvida por Darrell Bock no corpus textual de Jeremias 31.31-34 em Hebreus 8.8-12, esse trabalho se categoriza como comentário. Inicialmente, a análise histórico-exegética de Jeremias será feita, seguida da análise histórico-exegética de Hebreus. A tarefa seguinte será ver a relação entre os dois textos a partir da análise teológico-canônica, procurando ver como o método de Bock corrobora para um melhor entendimento da relação Igreja e Nova Aliança.

Palavras-chave: Intertextualidade; Jeremias; Hebreus; Nova Aliança.

ABSTRACT: As we seek to understand how the New Testament authors used the Old Testament, the debate over biblical intertextuality has intensified in recent decades. In seeking to apply the "Single Meaning, Multiple Contexts and Referents" approach developed by Darrell Bock in the textual corpus of Jeremiah 31.31-34 quoted by Hebrews 8.8-12, this work is categorized as commentary. Initially, the historical-exegetical analysis of Jeremiah will be made, followed by the historical-exegetical analysis of Hebrews. The next task will be to see the relationship between the two texts from the theological-canonical analysis, trying to see how Bock's method corroborates for a better understanding of the relationship between Church and New Covenant.

Keywords: Intertextuality; Jeremiah; Hebrews; New Covenant.

* Graduado em Teologia pela Faculdade Batista do Cariri (FBC). Pós-graduando em Apologética pela FBC. Mestrando em Teologia pelo Dallas Theological Seminary.

INTRODUÇÃO

A carta aos Hebreus é um dos livros do Novo Testamento (doravante NT) que mais faz citações, alusões ou ecos ao Antigo Testamento (doravante AT). Entre as citações, destaca-se o uso de Jeremias 31 referente à Nova Aliança de Deus com a casa de Israel e a casa de Judá. O conceito de Nova Aliança, por sua vez, tem sido alvo de vários debates entre estudiosos de diferentes escolas teológicas. Algumas destas, entretanto, se destacam por sua influência como o dispensacionalismo e aliancismo.

O dispensacionalismo, como um sistema teológico, inicia-se a partir de John Nelson Darby (1800-1882), considerado o pai do dispensacionalismo, em meados do século XIX. Para evitar mitos comuns acerca do dispensacionalismo, é importante entender que suas crenças essenciais estão relacionadas à hermenêutica literal, à eclesiologia com alguma forma de distinção entre Israel e Igreja e à escatologia. O dispensacionalismo, no entanto, não é homogêneo e pode ser dividido em três: clássico, revisado e progressivo.

O dispensacionalismo clássico, por exemplo, afirma uma separação radical entre Israel e Igreja, ou seja, são duas entidades distintas sem nenhuma relação entre si. Como consequência, há duas Novas Alianças, uma para Israel e outra separada para a Igreja. Ligado a essa abordagem há a ideia de que a Nova Aliança é exclusiva para Israel e que será cumprida no futuro, não havendo nenhuma relação entre Igreja e a Nova Aliança. Os teólogos mais conhecidos dessa linha são Darby (1800-1882) e Lewis Chafer (1872-1952).

Além do dispensacionalismo clássico, o dispensacionalismo revisado entende que há apenas uma Nova Aliança para Israel e a Igreja, que será cumprida no *eschaton* com Israel; nesse meio tempo, a Igreja participa de

maneira limitada e presentemente dos benefícios desta Aliança. Alguns expoentes desta proposta são John Walwoord (1910-2002), Dwight Pentecost (1915-2014), Charles Ryrie (1925-2016).

Há ainda a perspectiva do dispensacionalismo progressivo, na qual a Igreja cumpre parcialmente a Nova Aliança, enquanto Israel a cumprirá completamente no futuro, recorrendo ao conceito teológico de “já e ainda não” e da escatologia inaugurada.

Por fim, entre alguns não-dispensacionalistas, há uma identidade entre Israel e Igreja de maneira que a Igreja, por ser o verdadeiro Israel em Cristo, cumpre completamente as promessas da Nova Aliança feitas a Israel. Esta é a abordagem aliancista ou da teologia da substituição.

Considerando que um dos textos mais importantes sobre o assunto é o de Hebreus 8, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão: A partir dos estudos da intertextualidade, como Hebreus 8 utiliza o texto de Jeremias 31 em seu argumento?

Por conseguinte, a pesquisa a ser desenvolvida tratará da intertextualidade especificamente em Hebreus 8, focalizando a relação entre Igreja e Nova Aliança e procurando entender seu contexto sociocognitivo (DIJK, 2012) e o uso de Jeremias 31 ao texto bíblico de Hebreus. Nesse sentido, a intertextualidade está entrelaçada à exegese bíblica e é considerada por G. K. Beale (2013) um procedimento crucial para o labor teológico bíblico e para o entendimento da relação entre o AT e o NT.

O trabalho desenvolver-se-á em três partes fundamentadas na confluência entre linguística, teologia bíblica e hermenêutica. Na primeira parte, as características da intertextualidade são apresentadas. Na segunda parte, uma descrição resumida do método eclético de Bock (2008) é exposta. O presente

trabalho entende que a abordagem “Um Significado, Múltiplos Contextos e Referentes” é a que melhor responde aos problemas envolvendo a discussão entre os testamentos. Na última parte, um estudo de caso da abordagem proposta em Hebreus 8 é considerada. Os dois tipos de leitura sugeridos por Bock, histórico-exegético e teológico-canônico, serão examinados a fim de lançar luz ao uso da citação feito pelo autor aos Hebreus com vistas à compreensão entre a Igreja e a Nova Aliança.

1 - INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um fenômeno presente na experiência humana. Como tal, é uma atividade pré-teórica, ou seja, ela faz parte da experiência humana em sociedade, de suas práticas linguísticas, independentemente de seu nível acadêmico. Contudo, é na relação do aspecto lógico com o aspecto linguístico do indivíduo que a análise teórica apresenta detalhes mais nítidos deste fato passível de observação.

Em 1960, a crítica literária francesa Júlia Kristeva cunhou o termo intertextualidade com base no conceito de dialogismo bakhtiano (KOCH *et. al*, 2012, p. 9). Bakhtin reagiu ao formalismo russo que era monológico e não considerou as relações extra-textuais (CORRALES, 2010). Para Bakhtin (2002, p. 88), “a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio de todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo”. Como sinal observável no cotidiano humano, o dialogismo também está inserido nos fenômenos languageiros. Até a década de 60, o texto era visto como uma entidade abstrata. Só na segunda metade da década de 70 ocorreu a chamada

“virada pragmática”,¹ alterando-se e alargando-se o conceito inicial de texto. Outra reviravolta ocorre a partir dos anos 90, quando se adota o sociocognitivismo e interacionismo bakhtiniano, de modo que, à luz deste paradigma, a linguística textual desenvolve sua pesquisa (KOCH et al, 2012, p. 13). Neste campo específico, Koch (*et. al*, 2012), linguista brasileira, procura mostrar que “um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ou compreendido isoladamente: ele está sempre em diálogo com outros textos” (p. 14). Isso pode ser notado nas citações, nas referências, nas traduções, nos ditados populares, nas paródias etc. Isso acontece porque a língua aprendida já está inserida dentro de uma cultura, de modo que o diálogo de textos faz parte da memória coletiva (social) da comunidade.

Para melhor entender como os diferentes tipos de intertextualidade ocorrem, é preciso categorizá-los. Em seu livro, *Intertextualidade: diálogos possíveis*, Koch (*et. al*, 2012) divide o estudo da intertextualidade em dois tipos básicos: intertextualidade *lato sensu* e *stricto sensu*. A primeira é constitutiva de todo e qualquer discurso, a segunda, entretanto, é confirmada pela presença de um intertexto. Ela ainda considera que a intertextualidade *stricto sensu* é classificada em quatro tipos diferentes: temática, estilística, explícita e implícita.

A intertextualidade temática corresponde ao compartilhamento de temas e conceitos em comum (SILVA, 2016). A estilística acontece “quando o produtor do texto, com objetos variados, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas” (KOCH *et. al*, 2012, p. 19). A intertextualidade explícita é a mais comum e ocorre quando no próprio texto é feita menção ao intertexto. Exemplos desse tipo são vistos em citações, referências, menções, resumos, resenhas, traduções etc.

¹ Virada pragmática é um termo usado para falar da mudança de foco restritivo do texto como puramente escrito para questões também enunciativas.

O último tipo de intertextualidade destacada por Koch é a implícita e realiza-se “quando se introduz, no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte” (KOCH et al, 2012, p. 31), seja para afirmá-la ou contrariá-la. Neste tipo, o produtor do texto espera que o leitor reconheça a presença do texto-fonte pela ativação de sua memória social discursiva. Esta, por sua vez, é “constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações. ‘Memória’ não psicológica que é presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história” (MAINGUENEAU, 1997, p.115). A intertextualidade implícita pode ser estudada pela captação e subversão, como proposto por Maingueneau. Na primeira, o texto concorda com a mesma ideia do texto-fonte, e na última, o texto não concorda com o intertexto, produzindo a paródia e ironia, por exemplo (SILVA, 2016, p.7).

Há ainda outras formas de abordar os diferentes tipos de intertextualidade que apresentam semelhanças e diferenças com a divisão supracitada. Koch (*et. al*, 2012) cita Genette, por exemplo, como tratando os diálogos intertextuais por “relações de transtextualidade”. Pode-se dizer que Genette substitui o termo intertextualidade como se tem visto até agora por transtextualidade, sendo a transcendência² textual, “tudo o que põe em relação, ainda que ‘secreta’, um texto com outros e que inclui qualquer relação que vá além da unidade textual de análise” (KOCH et al, 2012, p. 119). Genette (2010) em sua obra *Palimpsestos* organiza sua abordagem em cinco tipos de relações transtextuais “enumeradas em ordem crescente de abstração, implicação e globalidade” (p.14): intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, hipertextualidade e architextualidade.

² Transcendência entendida como o contrário de imanência.

Para Genette (2010), a primeira apresenta uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, ou seja, a presença efetiva de um texto em outro. A forma mais explícita e mais literal é a citação, a forma menos explícita, embora ainda literal, é o plágio e a forma menos explícita e menos literal é a alusão. A paratextualidade, por sua vez, tem uma relação mais distante com o texto propriamente dito, fornecendo-lhe um aparato variável e um comentário ao leitor. Exemplos de paratextos são os elementos como capa, título, subtítulo, epígrafe, prefácio, posfácio e vários outros tipos de sinais acessórios.

A metatextualidade é também conhecida como comentário, porque o texto original é usado sem necessariamente citá-lo ou mesmo nomeá-lo, estabelecendo uma relação de crítica. Exemplo disso são resenhas críticas de livros, revisões bibliográficas etc. O quarto tipo é a hipertextualidade, cuja característica principal é a relação por derivação, ou seja, um texto que é derivado de outro texto, anterior àquele. A ocorrência da derivação é que faz da hipertextualidade diferente da co-presença (KOCH et al., 2012, p.135).

A derivação pode ser descritiva e intelectual ou ainda de transformação, ou seja, quando “um texto B não fale nada de A, no entanto, não poderia existir daquela forma sem A, do qual ele resulta” (GENETTE, 2010, p.18). Exemplos deste último é a paródia e, especialmente, o título do livro de Genette, uma vez que palimpsesto é um pergaminho no qual se raspa a primeira inscrição para escrever sobre, de modo que se pode ler aquela por transparência.

Por último, a mais abstrata e implícita abordagem é a arquiteitualidade, “o conjunto das categorias gerais ou transcendentais – tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários etc – do qual se destaca cada texto singular” (GENETTE, 2010, p. 13), ou seja, se define como a filiação de um texto às categorias textuais, tais como tipo de discurso e gênero.

Como pode ser notado, há diferentes formas de classificar os tipos de intertextualidade existentes. Embora possa haver, em alguns momentos, uma sobreposição dos tipos categorizados por Koch e Gennette, é deste último que boa parte dos tipos intertextuais são derivados. Isto ajuda a entender as aproximações e distanciamentos feitos nos estudos bíblicos. A partir desta divisão proposta por Koch e Gennette, pode-se dizer que o presente trabalho trata de intertextualidade explícita ou de transtextualidade em uma relação de co-presença com o caso específico da citação de Jeremias 31.31-34 em Hebreus 8.8-12.

2 - ABORDAGEM UM SIGNIFICADO, MÚLTIPLOS CONTEXTOS E REFERENTES

Esta abordagem é proposta por Darrell Bock no livro *Three Views on the New Testament Use of the Old Testament* [As Três Visões sobre o Uso do Antigo Testamento no Novo Testamento]. A leitura de sua obra mostra que Bock adota abordagens múltiplas, procurando extrair o que há de melhor em cada abordagem já descrita. Ênfase pode ser vista no uso do *Referentiae plenior* com a manutenção do sentido único para a passagem e múltiplos referentes. Pode-se notar também o uso da hermenêutica judaica, principalmente procurando entender como o significado dado no AT passou a ser entendido no judaísmo do Segundo Templo. De fato, o próprio Bock (1985^a) admite, em nota, que sua posição concorda mais com duas escolas, uma ele denomina Palavras Intencionais Divino-Humanas, da qual surge a subdivisão *sensus plenior* e *Referentiae plenior*, e a escola da Hermenêutica Judaica-progresso histórico da revelação. A partir desta última escola, Bock (2008) considera seis pressupostos

usados pelos escritores do NT: 1) a Bíblia é a palavra de Deus; 2) o um e os muitos (solidariedade corporativa); 3) padrão na história (correspondência ou tipologia); 3) esses são os dias de cumprimento; 4) já e ainda não (o cumprimento inaugurado da Escritura); 6) Jesus é o Cristo. Diferentemente de Beale (2013, p.130), Bock rejeita o pressuposto de que os autores do NT, a partir da solidariedade corporativa, consideravam a Igreja como o Israel verdadeiro.

Bock (1985) reconhece que não se pode usar apenas um método para as diferentes formas que o uso do AT aparece no NT. Em nota, ele fornece uma amostra de textos que indicam que a visão dos autores poderia ser como segue: a) em plena consciência, i.e, diretamente profético. Ex: Sl 110; b) em linguagem ideal – Sl 16, onde o salmista está confiante na libertação, mas os detalhes de como não são inteiramente claros à luz da linguagem de todo o salmo; c) em linguagem capaz de uma expansão do referente e contexto, ou seja, no progresso da revelação. Ex: Os 11.1 com o uso do conceito de solidariedade corporativa do Filho com a nação; d) em linguagem que envolve um padrão de cumprimento, ou seja, profético tipológico – Sl 2; Is 7.14 etc. O ponto c) é o que Bock mais desenvolve como proposta de solução da discussão do uso do AT no NT.

Quanto à questão central do sentido intertestamental, Bock chama sua abordagem de “um significado, múltiplos contextos e referentes”. Ele afirma:

Por um lado, eu vejo o contexto original da passagem do AT como desempenhando um papel fundamental na definição dos parâmetros de como o texto é usado, mas nem sempre é o único fator. Por outro lado, não vejo o uso do NT de muitos desses textos como aleatório que se apele apenas à inspiração (BOCK, 2008, p. 106).

Nota-se aqui uma rejeição a um apelo puramente pneumatológico, como se os autores do NT pudessem interpretar de modo arbitrário por causa da inspiração do Espírito Santo. Assumindo a autoria dual, o progresso da revelação e que os autores do NT têm o contexto literário em mente quando escolhem utilizar um verso em particular, ele explica que:

(...) existe a opção de que revelações posteriores possam completar e preencher o significado que foi inicialmente, mas não abrangentemente, revelado no cenário original, de modo que, uma vez que o progresso da revelação surja, a passagem anterior seja compreendida de maneira melhor e mais abrangente. Tal leitura não está “indo além” do escritor original, mas trabalhando dentro dos parâmetros introduzidos por sua mensagem (BERDING; LUNDE, 2008, 92).

Para desenvolver melhor esta ideia, Bock (2008) apresenta duas maneiras de ler as Escrituras: a primeira é o histórico-exegético e a segunda é teológico-canônico. Ele explica: “Uma leitura histórico-exegética preocupa-se principalmente em discernir a mensagem do autor original para seu público imediato em sua situação histórica específica. Uma leitura teológico-canônica vê o texto à luz de revelações subsequentes” (BOCK, 2008, p. 115). Ao ver certo texto do AT no contexto teológico-canônico, o contexto muda e o referente, que antes era desconhecido, é revelado no progresso da história redentora. Isto não quer dizer que a leitura resultante “cancela ou nega a leitura anterior, mas a complementa” (BOCK, 2008, p. 131). É assim que quando perguntado se o sentido do AT no NT mudou, Bock responde que sim e não. O sentido da passagem original permanece, mas por adicionar um referente, ele se expande e clarifica, embora dentro dos limites da linguagem usada.

Note que há uma separação entre significado e referente, mas não ao ponto de ver o referente como não fazendo parte do significado. Por isso que

Bock responde que o sentido mudou e não mudou. De modo estrutural, a metodologia de Bock pode ser elencada da seguinte forma:

1. Análise histórico-gramatical do texto no Antigo Testamento
2. Fontes judaicas que tratam do tema no período intertestamentário
3. Análise histórico-gramatical do Novo Testamento
4. Análise teológico-canônica dado o progresso revelacional

Em termos de estrutura, esses passos são semelhantes aos de G. K. Beale (2013), contudo difere na questão da prioridade dos testamentos, visto que este mantém a prioridade neo-testamentária, o que leva a uma teologia da substituição, enquanto que aquele entende a revelação progressiva organicamente, onde cada testamento em seu contexto contribui para o todo, o que é característico do dispensacionalismo. Além disso, Beale trabalha mais com o *Sensus Plenior*, enquanto Bock faz maior uso do *Referentiae Plenior*.

3 - A INTERTEXTUALIDADE EM HEBREUS 8

Na primeira parte, vimos como o fenômeno da intertextualidade tem sido estudado na linguística. Fazendo uso dos estudos intertextuais vistos na parte inicial, pode-se observar que Hebreus 8.8-12 faz parte do que é chamado de intertextualidade explícita (KOCH et al, 2012), visto que faz menção à fonte do intertexto, chamado simplesmente de intertextualidade por Genette (2010), mas definido como uma relação de co-presença entre textos, na qual a citação é a forma mais explícita e literal.

Há também seis abordagens que se destacam para lidar com o uso do AT no NT: Única Intenção Autoral, *Sensus Plenior*, *Referentiae Plenior*, Abordagem

Métodos Judaicos e Abordagem Canônica e Um Significado, Múltiplos Contextos e Referentes. Esta última abordagem desenvolvida por Bock será aplicada no estudo de caso da citação de Jeremias 31.31-34 em Hebreus 8.8-12.

Destarte, inicialmente, será analisado o texto de Jeremias procurando entender o sentido em seu próprio contexto, para, então, considerar como o autor de Hebreus utiliza a citação em seu contexto.

3.1 - Contexto de Jeremias 31

O livro de Jeremias tem grande importância não apenas nos estudos da Bíblia Hebraica como também para o Novo Testamento. Pode-se pensar em pelos menos três fatores que fazem de Jeremias um livro essencial para a Teologia Bíblica.

Primeiro, o *Novum Testamentum Graece*, na sua 28ª versão, apresenta uma série de citações ou alusões do livro de Jeremias contidas no Novo Testamento, indicando que mais da metade dos livros do Novo Testamento, mais precisamente 19 dos 27 livros, apresentam citações de Jeremias. Isto significa que para entender melhor os autores neotestamentários em suas relações proféticas ou tipológicas, no uso do Antigo Testamento no Novo Testamento, faz-se importante compreender o livro de Jeremias.

Segundo, o excerto de Jeremias 31.31-34 é onde aparece o termo “nova aliança” pela primeira vez, embora o conceito também tenha sido desenvolvido em Deuteronômio e Ezequiel.

Terceiro, ligado aos dois primeiros, Jeremias 31.31-34 é a maior citação no Novo Testamento, cujo intertexto é Hebreus 8.8-12, na qual o autor de

Hebreus trata do contraste entre a Antiga Aliança e a Nova Aliança. A citação em Hebreus 8 contribui para o debate acalorado sobre o relacionamento da Igreja com a Nova Aliança.

Quanto à posição no cânon, Jeremias é colocado entre os livros de Isaías e Ezequiel tanto no cânon hebraico quanto na Septuaginta. Nossas traduções acompanham a mesma ordem (HARRISON, 1984). O livro apresenta seu autor no primeiro verso: Palavras de Jeremias filho de Hilquias, um dos sacerdotes que estavam em Anatote (Jr 1.1). Ao apresentar-se desta forma, o autor se descreve como sendo da linhagem sacerdotal, habitando em Anatote, norte do Monte das Oliveiras. Apesar disso, não há indicação de Jeremias ter exercido função no templo, sendo seu chamado especificamente para profetizar (WILLSON, 2019). O profeta teve uma vida solitária devido a sua mensagem impopular (Jr 15.17) e foi proibido por Deus de se casar como um sinal de cessação da vida normal por causa do exílio (Jr 16.2). Jeremias parece ter contado com a ajuda de Baruque, seu secreário, para a composição do livro (Jr 36). A extensão de seu ministério vai desde os dias de Josias até o quinto mês do exílio de Jerusalém (Jr 1.2-3). De modo mais específico, Willson (2019) elucida que o profeta foi chamado no décimo terceiro ano de Josias (627 a.C.) até depois da queda de Jerusalém (586 a.C.). Considerando a última profecia do livro dada aos que fugiram para o Egito (Jr 44), seu ministério teria encerrado em 582 a.C.

Quanto ao contexto político da época, Jeremias viu o império assírio entrar em colapso, enquanto outra potência, o regime neobabilônico se espalha pelo Oriente Próximo, até acabar com o exército egípcio. Jeremias viu uma sequência de crises políticas, intercaladas por períodos curtos de estabilidade (HARRISON, 1984). O Reino do Norte já havia sido exilado em 722 a.C pela Assíria que, em 612 a.C, foi conquistada pela Babilônia. Judá, caiu quando a maior parte de seu

povo foi exilada na Babilônia, devido a deportações iniciadas em 605 a.C e duas invasões (597 a.C e 586 a.C) lideradas pelo rei Nabucodonosor.

Segundo Willson (2019), a maior parte do livro é poético, tendo a prosa predominando nos capítulos 7, 11, 16, 19, 24-29, 32-45 e 52. Um possível esboço do livro apresentado por ele seria:

Introdução: chamada (1)

I – Jeremias e o pecado de Judá (2-29)

A. O profeta e a nação (2-20)

1. A apostasia do povo (2-6)
2. O sermão no templo (7-10)
3. O cativo iminente (11-17)
4. A lição do oleiro (18-20)

B. O profeta e os líderes (21-29)

1. Profecias contra os líderes (21-25)
2. Relacionamento com os líderes (26-29)

II – Jeremias e a consolação de Judá (30-33)

III – Jeremias e a destruição de Judá (34-45)

A. Antes da queda de Jerusalém (34-38)

B. A queda e a pós-queda de Jerusalém (39-45)

IV – Jeremias e os inimigos de Judá (46-51)

Apêndice (52)

O texto que será analisado, então, está dentro do contexto de profecias de consolação e restauração a Judá. Os capítulos 30-31 são chamados de livro

da restauração e mensagem ou livro de consolação (HARRISON, 1984; WILLSON, 2019). Anteriormente, o tom das profecias era pesado porque Jeremias estava anunciando o desastre iminente. O profeta está em “forte contraste com a atitude irresponsável e leviana da classe governante e do povo em geral” (HARRISON, 1984, p.106). Os capítulos 30-33, portanto, apontam para a esperança da nação dada por Deus através do estabelecimento de uma nova aliança e predições de restauração.

3.2 - Exegese de Jeremias 31.31-34

Segundo Beale e Carson (2014b), o texto de Jeremias 31.31-34 divide-se em três partes: Primeiramente, a partir da expressão escatológica “eis aí vem dias” (v.31), tem-se a promessa de uma época de estabelecimento de uma nova aliança com o povo de Deus. Segundo, explica-se a rejeição de Deus à antiga aliança com a falta de fidelidade do povo. A promessa é contrastada com aquela feita no Êxodo (v.32). Terceiro, as características da Nova Aliança são descritas nos vv. 33-34, a saber, a) as leis de Deus serão interiorizadas; b) o relacionamento entre Deus e seus seguidores será firmemente estabelecido, de modo que todos os participantes conhecerão ao Senhor e c) esse relacionamento com Deus está ligado ao perdão definitivo dos pecados.

O texto hebraico de Jeremias 31.31-34, na Bíblia Hebraica Stuttgartênsia, apresenta um D (*samekh*) antes do verso 31 e depois do verso 34, indicando uma unidade de sentido. Pode ser dito que o sentido do excerto é que Deus fará uma nova aliança com a casa de Israel e a casa de Judá nos últimos dias – os dois referentes do texto - cuja lei será interiorizada, ou seja, posta na mente e

coração, os participantes da aliança conhecerão a Deus e o perdão definitivo será concedido.

Há pouca coisa da citação de Jeremias tratada nas fontes judaicas do Segundo Templo. Beale e Carson (2014b) pontuam que a comunidade de Qumram se considerava participante da Nova Aliança. Isso é expresso de modo mais claro no *Documento de Damasco*, que encoraja a congregação a persistir na fidelidade à aliança. Contudo, o pressuposto que lhes faltava e que faz toda diferença na hermenêutica neotestamentária é de que Jesus é o Cristo. Para que se perceba a influência dos métodos judaicos, é importante lembrar também de alguns pressupostos abraçados pela hermenêutica do Segundo Templo. Bock (2008) entende que três delas são abraçadas pelo Novo Testamento: 1) A Bíblia é a Palavra de Deus; 2) o um em muitos (solidariedade corporativa) e 3) padrão na história (correspondência ou tipologia). Petter Enns, em resposta à Bock, acrescenta que mais dois pressupostos eram adotados pela tradição do Segundo Templo, principalmente, da comunidade de Qumram, a saber, 4) esses são os dias de cumprimento ou os últimos dias e 5) “já e ainda não” – o cumprimento inaugurado da Escritura (BERDING; LUNDE, 2008, p.161).

3.3 - Contexto de Hebreus 8

Tendo em vista a interpretação primária do texto de Jeremias 31.31-34, faz-se necessário entender a relevância e argumento do autor de Hebreus na utilização desta passagem. Para tanto, uma breve discussão sobre os destinatários, propósito e estrutura da carta será apresentada.

Nem todas as perguntas ligadas ao contexto histórico podem ser respondidas ao estudar a carta. Por exemplo, não temos “a identificação *explícita*

[sic] do autor, dos primeiros leitores (quem eram e onde estavam) e de onde e para onde foi escrita” (MONTEIRO, 2018, p.30). De modo que estas questões são respondidas a partir de pressuposições interpretativas. O presente trabalho mantém o anonimato autoral, mas entende que o reconhecimento de quem eram os primeiros leitores é fundamental para a análise do excerto do capítulo 8, visto que no uso que o autor da epístola faz, eles são os receptores.

Normalmente, a discussão acerca de quem são os destinatários da carta varia entre dois extremos: somente judeus e somente gentios. Guthrie (1984) explica que o amplo apelo ao AT não exige necessariamente um grupo judaico de leitores, contudo parece que a opinião tradicional, i.e, de que eram cristãos judeus, tem mais probabilidade de ser correta, e esta é sua posição. Monteiro (2018) entende que os destinatários são cristãos genuínos que possuem relação com o culto judaico, seja porque são judeus, gentios convertidos ao judaísmo ou judeus helenistas. Pinto (2014) sugere que os recipientes eram crentes de ascendência judaica. Lopes (2016, p.10) entende que “se trata de um grupo imerso na cultura helenística, provavelmente egresso do judaísmo e, portanto, familiarizado com o Antigo Testamento em sua versão grega”. Para Kent (1979), os leitores originais eram cristãos hebreus. Apesar de várias possibilidades, todos têm em comum o fato de considerarem que os primeiros leitores conheciam o Antigo Testamento, fossem eles judeus ou prosélitos convertidos ao cristianismo. Monteiro (2018, p.43) acrescenta que “toda argumentação pressupõe não somente *conhecimento* do AT, mas um *envolvimento* direto com a vida e a liturgia judaica” [sic].

No que se refere ao propósito da carta, Lopes (2016) entende que o autor de Hebreus escreveu visando levar seus leitores a considerar a superioridade da pessoa e obra de Cristo sobre a estrutura litúrgica do AT, de modo a lhes fortalecer a fé, dissuadindo-os de voltar ao judaísmo. Os cristãos judeus em

Hebreus estavam sob perseguição por causa de sua fé. Pinto (2014, p. 490) pontua que “a hostilidade era intensa porque eles eram considerados traidores de sua antiga religião e identidade étnica, e foram dolorosamente tentados a adquirir tranquilidade e aprovação ao comprometerem sua confissão no batismo (10.23)”. Assim, “o pastor envia a carta-pregação visando incentivar aqueles irmãos a não desistir” (MONTEIRO, 2018, p.52).

Alguns comentaristas organizam a epístola em torno das exortações e advertências³. Apesar da divergência quanto ao esboço do livro de Hebreus⁴, uma proposta de estrutura é concebida por Pinto (2014) em cinco partes: prólogo (1.1-3), a superioridade da pessoa de Cristo (1.4-7.28), a superioridade da obra redentora de Cristo (8-10.18), a resposta dos cristãos por meio da fé (10.19-13.17) e epílogo (13.18-25). O presente trabalho assume que o capítulo 8 faz parte de uma estrutura, cuja unidade de sentido compreende os capítulos 8-10⁵ que trata da superioridade da obra de Jesus como sumo-sacerdote, especificamente, a superioridade de seu ministério operado a partir de uma melhor aliança.

3.4 - Exegese de Hebreus 8

Em concordância com Bock (1985) no entendimento de que diferenças nas palavras do texto têm peso na análise do uso do AT no NT, é importante, primeiramente, observar se houve variação no nível intertextual antes de considerar o nível interdiscursivo.

³ Monteiro (2018); Kent (1979);

⁴ Veja discussão em Monteiro (2018, p. 53-60)

⁵ Entre os que defendem a estrutura 7-10 destacam-se Laubach (2000); Kistemaker (2003). Entre os que defendem a estrutura de 8-10 destacam-se Pinto (2014); Kent (1979) etc.

A diferença entre o Texto Massorético TM e a Septuaginta se dá não apenas no processo de tradução, mas também na proporção do livro de Jeremias. O texto de Jeremias na LXX é bastante menor. “O TM contém 1.364 versículos e 5.851 palavras, enquanto a LXX do livro contém 1.362 versículos e 5.041 palavras” (WILLSON, 2019, p.2), correspondendo a 86% do TM. Não se quer dizer que apenas os dois versículos do TM são responsáveis pelas palavras faltantes na LXX, mas que nesta, há tanto um menor número de versículos como também, menor quantidade de palavras em todo o livro.

Quanto à citação de Jeremias 31.31-34 em Hebreus, ela é a maior do Novo Testamento. Contudo, não há alterações na citação de Jeremias 31 pelo autor de Hebreus que traga uma mudança de sentido radical no texto. Sendo assim, deve-se distinguir, como propõe Bock (1985), entre a forma textual da citação – qual texto do AT foi usado, e a forma conceitual da citação – qual ideia o texto está promovendo. É para esta última forma que nos voltamos agora.

O capítulo 8 parece ser o ponto de transição da argumentação do autor em torno da pessoa de Cristo para a obra de Cristo. A expressão em 8.1 de que “possuímos tal sacerdote” (BÍBLIA, 2008, p.1588) indica uma continuidade com os capítulos anteriores no que se refere à pessoa de Cristo e que se estende até o verso 5, onde o autor da epístola passa a falar da diferença em ministério quanto aos sumo-sacerdotes terrenos (vv. 4-5) e em mediação quanto a Moisés (vv. 5b-6). Os versos 7-13 ao abordarem o tema da Nova Aliança formam um *inclusio* com Hebreus 10.16-18, mostrando a unidade de sentido dos capítulos 8-10.

No capítulo 8 de Hebreus há duas citações diretas. A primeira, de Êxodo 25.40 e a segunda, Jeremias 31.31-34. A citação de Jeremias 31.31-34 desempenha um papel vital no discurso sobre a oferta do sacerdócio superior de Cristo (8.3-10.18); pois, “com a utilização dessa rica passagem profética, o autor

ratifica a superioridade da nova aliança (8.7-13) antes de abordar a superioridade de sua oferta (9.1-10.18)” (BEALE e CARSON, 2014b, p. 1192). Apesar de a citação ser a mais longa do Novo Testamento, Beale e Carson (2014b) observam que o autor de Hebreus acrescenta um comentário breve concentrado apenas na palavra “nova”. O autor estabelece a superioridade da Nova Aliança ao observar que 1) a primeira aliança apresentava defeitos e que 2) o termo “nova” significa que a antiga aliança foi tornada obsoleta (8.13), comunicando com isto que ela perdeu sua utilidade. Fanning (2008, p.443) pontua que “a fraqueza específica da antiga aliança, enfatizada em Hebreus 9-10, é sua provisão ineficaz para o perdão dos pecados e para o acesso a Deus”. Em suma, é dito que:

O autor entende essa rica passagem de Jeremias como uma profecia literal e explícita, cumprida com a inauguração da nova aliança na morte sacrificial de Cristo e sua exaltação triunfal à condição de sumo-sacerdote superior. É por essa nova aliança, estabelecida por uma oferta superior, que o ser humano pode conhecer a Deus, ter suas leis escritas no coração e na mente, e obter o perdão definitivo dos pecados (BEALE e CARSON, 2014b, p.1194).

Fanning (2008) concorda com a citação acima, afirmando que “os repetidos sacrifícios executados sob a antiga ordem não podiam jamais afastar o pecado nem oferecer livre acesso a Deus” (p. 443). Assim, a epístola enfatiza duas provisões da aliança apresentadas em Jeremias 31, isto é, o perdão dos pecados e a implantação da lei de Deus no coração. É significativo que provisões sejam repetidas em Hebreus 10.15-18, pois no décimo capítulo temos a última unidade que desenvolve o tema do sacerdócio de Cristo. Monteiro (2018, p. 120) pontua que até o verso 10.18 temos o gênero instrução, e nesta seção, temos a culminação de toda a discussão sobre a superioridade do sacerdócio de Cristo e da oferta da Nova Aliança.

Há uma indicação clara em 10.18 de que os benefícios da Nova Aliança podem ser apropriados pelos cristãos, como o perdão definitivo de pecados, e isto só é possível porque a Nova Aliança já foi estabelecida, e não é mais futura. Esta relação promessa-cumprimento é importante porque o autor de Hebreus apresenta quem é o referente da promessa dada em Jeremias, ou seja, seus ouvintes. Agora, uma restrição do cumprimento da promessa apenas aos ouvintes do referido autor é deveras limitada, visto que toda sua argumentação é a favor do cristianismo em detrimento do judaísmo. De modo que se pode inferir do efeito para a causa que se o perdão é um dos benefícios da Nova Aliança e ele é concedido àqueles “que estão sendo edificados” (10.14), aos que têm sido chamados para receberem “a promessa da eterna herança” (10.15), e o Novo Testamento deixa claro que este perdão é para judeus e gentios, logo tanto judeus como gentios são participantes desta aliança aqui e agora. Em outras palavras, o autor de Hebreus mantém o referente da “casa de Israel e da casa de Judá”, mas o expande também a todo aquele que crê e é perdoado por Cristo pela fé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte, vimos como o fenômeno da intertextualidade tem sido estudado na linguística. Fazendo uso dos estudos intertextuais, pode se observar que Hebreus 8.8-12 faz parte do que é chamado de intertextualidade explícita, definida também como uma relação de co-presença entre textos, na qual a citação é a forma mais explícita e literal. Na segunda parte, a intertextualidade é observada no uso do AT no NT, a partir da descrição da abordagem eclética de Darrell Bock - um significado, múltiplos contextos e

referentes. Na parte 3, o método de Bock foi aplicado ao texto de Hebreus 8.8-12.

Uma análise do texto de Jeremias na busca por seu sentido básico foi feita, passando brevemente pela tradição do Segundo Templo e, em seguida, uma análise da citação de Jeremias 31 em Hebreus 8 foi investigada, procurando entender como o autor de Hebreus a utiliza. Enquanto que em Hebreus 8 tem-se a citação, o uso da mesma citação em Hebreus 10 apresenta seu uso aos primeiros ouvintes – o superior sacerdote estabeleceu uma superior aliança para conceder acesso a Deus e perdão de pecados. O sentido do propósito da aliança em Jeremias 31 não foi alterado, mas o referente, que antes era a casa de Israel e de Judá, é ampliado para judeus e gentios, pois ainda que os ouvintes iniciais tenham sido cristãos judeus, a promessa de perdão é concedida a todo aquele que crê.

Note que o autor de Hebreus não está usando um novo referente de maneira arbitrária. A interpretação literal do Antigo Testamento é mantida, mas à luz de um novo contexto, isto é, à luz da revelação progressiva do evento Cristo, o autor entende que a Nova Aliança é estabelecida no seu sangue, e os participantes desta aliança são aqueles que creem e permanecem na fé. Portanto, o dia escatológico no qual o profeta Jeremias profetizou se dá com a encarnação-morte-ressurreição-ascensão de Cristo. Estes quatro temas percorrem a carta aos Hebreus nas instruções dadas aos primeiros ouvintes, seguidas de exortação e advertência.

Assim, a resposta para a problemática inicialmente levantada: a partir dos estudos da intertextualidade, como Hebreus 8 utiliza o texto de Jeremias 31 em seu argumento? Tem-se que a abordagem de Bock corrobora o entendimento do uso do Antigo Testamento feito pelo autor de Hebreus. Contudo, tirando duas abordagens da relação Igreja e Nova Aliança apresentadas na introdução, ou

seja, 1) de que a Igreja não tem nenhum relacionamento com a Nova Aliança, e 2) de que há duas Novas Alianças, as divergências da relação entre Igreja e Nova Aliança acabam sendo mantidas, se for considerado apenas o texto em questão, não tanto por causa do método utilizado, mas por causa dos axiomas hermenêuticos assumidos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Disponível em: https://issuu.com/fernandalima4/docs/bakhtin_m.-questoes_de_literatura

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013.

_____. CARSON, D.A (Orgs). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BERDING, Kenneth; LUNDE, Jonathan (orgs.). **Three views on the New Testament use of the Old Testament**. Grand Rapids: Zondervan. Kindle Edition, 2008.

BIBLEWORKS. Bibleworks 10. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

BÍBLIA. Hebraico. **Bíblia Hebraica Stuttgartensia**. Sttugart: German Bible Society, 1997.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Almeida Revista e Atualizada. 2 Ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BOCK, Darrell. Evangelicals and the use of the Old Testament in the New: part 2. **Bibliotheca Sacra**. Dallas-Texas, v. 142, p. 302-19, outubro, 1985.

_____. Single meaning, multiple contexts and referents. IN: BERDING, K; LUNDE, J. **Three views on the New Testament use of The Old Testament**. Zondervan. Kindle Edition, 2008.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

FANNING, Buist M. **Teologia de Hebreus**. IN: ZUCK, Roy B. Teologia do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

GENETTE, Girard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte – MG: Edições Viva Voz, 2010.

GUTHRIE, Donald. **Hebreus: introdução e comentário**. Série Cultura Bíblica. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984.

HARRISON, R.K. **Jeremias e Lamentações**: introdução e comentário. Série Cultura Bíblica. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984.

KENT, Homer A. **The epistle to the Hebrews**: a cometary. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1979.

KOCH, Ingedore G. Vilhaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LAUBACH, Fritz. **Carta aos Hebreus**. Comentário Esperança. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2000.

LOPES, Augusto N. **Hebreus**. Série Interpretando o Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 2016.

MONTEIRO, Rômulo. **Caminhando na perfeição**. Niterói, RJ: Concílio, 2018.

MOO, Douglas. **Exegese, hermenêutica e Teologia do Novo Testamento**. Eusébio-CE: Peregrino, 2018.

NOVUM TESTAMENTUM GRAECE. 28 Edição. Stuttgart : Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.

PINTO, C.O.C. **Foco e desenvolvimento no Novo Testamento**. 2 ed. São Paulo: Hagnos, 2014.

SILVA, Valney V. **Intertextualidade em Hebreus 4**. Revista da Faculdade Batista do Cariri: Colloquium, Crato-CE, v. I, nº. 1, p. 5-19, 1º sem 2016.

WILLSON, Mark. **Exposição dos profetas maiores: Jeremias**. Apostila de literatura profética do Seminário Batista do Cariri, 2019.

.